

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015
(Do Sr. ALEXANDRE LEITE)

Requer o encaminhamento de pedido de informações por escrito, para que seja disponibilizada pelo Poder Executivo federal relação de obras públicas executadas por órgãos e entidades integrantes da administração pública federal ainda em andamento, ao lado dos dados que enumera.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a que seja encaminhada à Câmara dos Deputados:

- a) Relação completa das obras públicas executadas por órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta e indireta ainda em andamento e já concluídas, desde o exercício de 2010;
- b) Cronograma inicialmente previsto para execução das obras referidas no item “a” supra, valor orçado para execução, valor já dispendido e valor que deveria ter sido vertido de acordo com o cronograma de desembolso inicialmente previsto para cada obra;
- c) Valor orçado para execução total da obra;

- d) Identificação de obras inteiramente paralisadas;
- e) Razões, quando for o caso, para o descumprimento do cronograma inicialmente fixado;
- f) Total das despesas de custeio executadas pela União desde o exercício de 2010;
- g) Distribuição das despesas de capital da União, considerando investimentos e inversões financeiras, desde o exercício de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

As notícias que se espalham pela imprensa acerca das contas públicas em todos os níveis causam justificada preocupação. A dívida contraída pela Administração Pública alcança níveis alarmantes e não são poucos os que enxergam o país à beira do mesmo colapso que em tempos recentes afligiu gregos e argentinos.

Independentemente de coloração partidária, porque os problemas que enfrentamos alcançam os brasileiros que votaram contra e os que votaram a favor do atual governo, é preciso que se prestem à população alguns esclarecimentos. O extorsivo aumento do endividamento público em outras ocasiões, ainda que se arcasse com o ônus posteriormente, foi utilizado para que se incorporasse patrimônio à infraestrutura do país, o que não tem sido constatado nesta oportunidade.

De fato, a construção de Brasília, nos anos 50, e o propalado “milagre econômico” alardeado pelo regime militar no período que caracterizou simultaneamente seu auge e seu declínio, são exemplos típicos de circunstâncias como a anteriormente descrita, na medida em que os dois momentos resultaram em forte incremento na dívida pública. Nas duas ocasiões o país contraiu empréstimos de forma imprudente, não há como negar, mas pelo menos se enxerga, seja na imponência da atual capital, seja

no aparato logístico bem ou mal viabilizado antes da posse de Ernesto Geisel na Presidência, o destino dos recursos que mais tarde custariam pesados sacrifícios à população. Basta atravessar a Ponte Costa e Silva, no Rio de Janeiro, para que se tenha tal sensação.

O mesmo não se verifica nos anos recentes. O endividamento do Estado parece ter correspondido a uma inédita soma de obras fracassadas pela interrupção do fluxo de recursos públicos que deveriam ter sido dispendidos em sua conclusão. Alarmada com uma situação em que o Estado brasileiro se encontra na iminência de descumprir seus compromissos perante credores, a população não consegue identificar, seja em bens, seja em serviços, seja em infraestrutura, que uso foi feito dos recursos dos quais decorreu a virtual inadimplência do poder público em todos os seus níveis.

Constitui esforço simples recuperar informações sobre uma despesa que alguns ainda identificam como a maior vilã, e muito se tem dito a respeito, na apreciação dos vetos que incidiram sobre o plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário. Como a despesa de pessoal é em sua esmagadora maioria composta de itens insuscetíveis de redução, poderia ter havido, para explicar a situação, descontrole nos reajustes concedidos aos servidores.

Não é o que se constata, entretanto, no exame de números oficiais. De 2010 a 2014, as despesas de pessoal da União não atingiram sequer um incremento de 20 bilhões de reais. Definitivamente não é essa a explicação para as agruras por que passa o Tesouro Nacional.

O presente pedido de informações por escrito inclui, propositadamente, informações que poderiam ter sido recuperadas pelo signatário do instrumento sem grande esforço, mas somente da forma aqui empregada se viabiliza o cotejo ao cabo visado. Pretende-se, com o presente pedido de informações, elaborar quadros comparativos capazes de ajudar a esclarecer que motivos levam o Estado brasileiro, endividado ao extremo, a não conseguir encontrar ou exhibir, em patrimônio público, as razões concretas desse endividamento.

Há muito o país, talvez bem antes do primeiro mandato da atual Presidente, vinha se comportando como o indivíduo eternamente dedicado a “rolar” a dívida atrelada ao uso de seu cheque especial. Boa parte do que se arrecada não gera benefício algum, porque tem como destino

imediato e inflexível a amortização de uma dívida cabeluda e cada vez mais preocupante.

Não se tem notícia, contudo, como se asseverou, de quadro semelhante ao atual. Ainda se traçando paralelo entre o país e o cidadão que dedica boa parte de seu orçamento a cobrir o déficit de sua conta corrente no banco, precisamos descobrir as razões que agravam a ciranda. É preciso contornar essa situação constrangedora, de acordo com a analogia anteriormente feita, em que o pagamento creditado mês a mês perde gradativamente a capacidade antes demonstrada de cobrir o saldo devedor.

Assim, com base nas premissas anteriormente expostas e para exercício da função fiscalizadora inerente ao mandato parlamentar, pede-se à douta Mesa que agilize o encaminhamento deste pedido de informações por escrito.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado ALEXANDRE LEITE

2015-19041